

APRESENTAÇÃO

Sonia Rummert
Jaqueline Ventura

O Grupo de Pesquisa EJA Trabalhadores EJATrab (UFF/CNPq)¹ volta-se, prioritariamente, para a análise das políticas educacionais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – EJA, bem como para sua reconstrução histórica, à luz da relação Trabalho e Educação. Nosso objetivo fundamental é estimular a compreensão das questões educacionais a partir de seus nexos com a sociedade e com as classes fundamentais que a constituem, concorrendo assim para a formação docente.

A abordagem da Educação de Jovens e Adultos da classe trabalhadora é, portanto, concebida por nós com base em princípios essenciais que permitem compreender de forma mais ampla os condicionantes sócio-históricos dessa modalidade de ensino, refletindo sobre sua complexidade, seus desafios e suas potencialidades como fator essencial de emancipação humana (Marx, 1985). Pensar sobre a EJA e nela atuar visando a assegurar que constitua, efetivamente, espaço privilegiado de acesso às bases do conhecimento científico e das artes requer, portanto, considerar permanentemente as contradições inerentes a todos os fatos sociais, entendendo-os como expressão de totalidades que, entrelaçadas, constituem a realidade concreta.

Tomar a categoria totalidade como eixo orientador de nossa análise não significa buscar uma simples soma ou justaposição de muitas partes, nem representa a tentativa ingênua de pretender conhecer todos os aspectos da realidade que se deseja compreender. Significa, ao contrário, entender a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações, como o são, por exemplo, cada sujeito que ocorre à escola, cada sala de aula, cada escola e a rede que integra, os quais são partes de totalidades cada vez mais amplas e complexas.

¹ Ver <http://ejatrabalhadorsites.uff.br/>

A metáfora da floresta, formulada por Caio Prado Junior (1959), nos permite compreender de forma clara a categoria totalidade. Para o sociólogo, uma floresta é uma totalidade, constituída por sua variedade de espécies, que dela vivem e que a mantêm, por seu tipo de solo e pelas condições climáticas do território que integra, influenciando, por suas características e por seu metabolismo socioambiental, até territórios longínquos.

Essa totalidade – a floresta – é constituída de muitas totalidades representadas, por exemplo, por cada uma de suas árvores e, ainda, em cada árvore, por cada uma de suas folhas, flores ou frutos, que constituem, também em si, totalidades dialeticamente entrelaçadas a totalidades maiores e mais amplas. Na verdade, uma floresta é um todo estruturado, parte de todos mais complexos, bem como as árvores que a constituem. Cada elemento aqui mencionado constitui, portanto, síntese de múltiplas determinações de diferentes ordens que, por sua vez, existem por serem parte de outras totalidades mais amplas.

Podemos compreender, assim, a complexidade do território educativo formal, mesmo quando representado por estudantes singulares, docentes singulares ou uma escola singular, como expressão de histórias particulares que constituem expressão da história social e nela se constroem. Também é possível ir além e perceber que a relação ensino-aprendizagem se constrói no âmbito do universo escolar que se constitui como parte dos universos de estudantes e docentes, por suas experiências e por suas histórias forjadas tanto naquele território educativo específico quanto fora dele.

Desde 2006, nosso Grupo de Pesquisa, criado em 1998, vem realizando periodicamente, na Faculdade de Educação da UFF, as jornadas EJA Trabalhadores, evento aberto a professores de redes públicas de ensino, estudantes de licenciaturas e de pós-graduação e demais pessoas interessadas no complexo campo de conhecimentos da Educação de Jovens e Adultos. As múltiplas contribuições dessas jornadas, bem como as pesquisas que resultam em dissertações, teses, artigos e livros produzidos sistematicamente por seus integrantes, permitiram ao Grupo EJATrab identificar manifestações e demandas

concretas de municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, visando buscar interlocuções para formulação e implementação de políticas de EJA.

Também temos a constatação empírica da elevada taxa de evasão nas redes municipais, na rede estadual, bem como na EJA dos Institutos Federais (IFs) do Estado do Rio de Janeiro, nas quais ocorre, igualmente, o fechamento de turmas, como expressão de um processo que se iniciou há vários anos e se agudizou a partir da pandemia. Entre 2007 e 2019, portanto antes mesmo da chegada da covid-19, a matrícula em EJA apresentou, em nosso Estado, uma redução de aproximadamente 50% no ensino fundamental, e de cerca de 90% no ensino médio. Tal quadro evidencia o não reconhecimento da EJA como direito constitucionalmente assegurado a ser atendido por redes e escolas públicas preparadas para assumir as especificidades da modalidade, o que requer, também, profissionais com formação específica e qualificada para exercer o trabalho docente.

A partir desses de referência advindos de nossos estudos, bem como de nossos princípios ético-políticos, o trabalho desenvolvido pelo EJATrab volta-se para o reconhecimento e a consolidação do direito à EJA que sedimenta todas as nossas atividades de pesquisa, bem como nosso trabalho docente na graduação e na pós-graduação, estrito e lato senso. Do mesmo modo, esses pontos de referência são condutores dos diferentes trabalhos de formação inicial e continuada por nós realizados, como o que constitui objeto deste livro². Assim, a defesa da EJA como direito constitui a referência maior de cada um dos temas abordados nos encontros com os profissionais da educação, marcados por intensos estudos e debates, conduzidos pela permanente

² Detemo-nos, aqui, em trabalho de formação continuada, certificada pela UFF como curso de extensão, que se realizou por meio de 10 (dez) encontros quinzenais on-line, com três horas de duração cada (30h), aos quais se somaram atividades orientadas de forma assíncrona (30h), totalizando carga horária de 60 horas. O curso se destinou a profissionais de educação que atuam na EJA, articulada ou não à Educação Profissional, atendendo a coordenadores(as) de EJA, equipes técnico-pedagógicas, direção escolar e professores(as) das redes públicas municipais e estaduais de diferentes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A formação gratuita, oferecida a 60 participantes, ocorreu de agosto a dezembro de 2022.

relação entre a teoria e a prática, partes indissociáveis do processo formativo.

A partir do aprofundamento sistemático de estudos como os que apresentamos brevemente acima, com o objetivo de refletir especificamente sobre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, estruturou-se o conjunto de temas do curso de extensão *A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores como Direito*. Foram então definidos cinco temas centrais, como enunciado na sequência didática adotada:

Tema 1: A EJA, **direito da classe trabalhadora**

Tema 2: Os(as) estudantes e os(as) docentes da EJA, sujeitos de **direitos**

Tema 3: A escola de EJA como um **direito**

Tema 4: O trabalho pedagógico em EJA como **direito**

Tema 5: Bases para a construção de políticas em EJA como **direito** na realidade dos(as) participantes

Aos temas de 1 a 4 foram dedicados dois ou três encontros, como previsto no cronograma original, além das atividades assíncronas, já referidas. Ao Tema 5, correspondente ao encerramento do curso, dedicou-se apenas o último encontro. Tais temas constituem o conteúdo do presente livro que, como será verificado na leitura, podem se desdobrar em mais de um Capítulo, e que não estão aqui apresentados exatamente na ordem acima.

Essas alterações derivam do fato de que, como ensinado por Marx, a lógica da pesquisa é distinta da lógica da exposição. Ao construir os Capítulos buscamos, sobretudo, encadear os conceitos fundamentais e as análises deles decorrentes, partindo da totalidade mais ampla em que a educação de jovens e adultos se inscreve, visando uma melhor compreensão dos leitores que não participaram do curso. Assim, nosso livro é constituído, além desta **Apresentação**, por mais sete Capítulos correspondentes aos quatro primeiros temas, além das **Notas finais**.

Com base na experiência acumulada, procurou-se socializar com os docentes-cursistas o domínio de elementos que concorressem para a compreensão da relação entre os condicionantes sócio-históricos

e culturais da sociedade brasileira e o direito à EJA ou sua negação. Também foram explicitados fundamentos para a análise da historicidade do fenômeno educativo, identificando seus limites e possibilidades na perspectiva da construção de práticas docentes coletivas, críticas e transformadoras em EJA. Pretendeu-se, assim, evidenciar o reconhecimento dos alunos(as)-trabalhadores(as) da EJA e dos trabalhadores da educação como sujeitos de direitos que produzem cultura, relacionando suas experiências à realidade mais ampla do contexto de que fazem parte em diálogo com a realidade concreta dos(as) participantes.

O Capítulo 1, *Marcos históricos da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil Republicano*, de Jaqueline Ventura, Sonia Rummert e Hyago Marinho, recupera aspectos essenciais da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, evidenciando que essa modalidade de ensino, como direito à educação básica, constitui uma expressão, no campo educacional, do capitalismo dependente que caracteriza o país.

Maria Inês Bomfim e Claudia Bayerl são as autoras de *A escola pública de EJA: direito incerto da classe trabalhadora?*, título do Capítulo 2. Seu conteúdo, inicialmente parte do Tema 3, por seu caráter abrangente, que nos apresenta reflexões fundamentais para as discussões dos Capítulos posteriores, é apresentado a seguir do primeiro Capítulo.

O caso específico do Enceja, por sua atualidade e por exemplificar questões abordadas no decorrer do curso, constitui objeto de análise do Capítulo 3, *O tempo abstrato dos exames de certificação: simulacro de direito para o não-direito à Educação de Jovens e Adultos*, escrito por Marcia Soares de Alvarenga, Cacilda Fontes Cruz e Edilaine de Melo Souza. Além de acrescentar elementos importantes à reflexão, o Capítulo conta com a coautoria de duas ex-cursistas orientadas pela Profa. Marcia Alvarenga na Pós-graduação da FFP-UERJ.

Sonia Rummert, Adriana Barbosa e Flávia Rodrigues são as autoras do Capítulo 4, *Estudantes e docentes da EJA como sujeitos de direitos e as relações ensino-aprendizagem*. Esse Capítulo, que se inicia com uma discussão sobre a relação dialética ensino-aprendizagem, oferece alguns dados relativos à realidade da Educação de Jovens e Adultos na Região

Metropolitana do Rio de Janeiro utilizados pelas autoras para refletir sobre os estudantes e docentes como sujeitos da EJA.

O Capítulo 5, *Escola pública e emancipação: subsídios para um balanço crítico da EJA*, também de autoria de Maria Inês Bomfim e Claudia Bayerl, reflete de forma ampla acerca de temas como a organização, os limites e as possibilidades da escola pública de EJA sob a perspectiva de construção de um projeto societário emancipador, a partir da realização de balanço crítico sobre a EJA como atividade pedagógica realizado no decorrer dos encontros relativos ao Tema 3.

O trabalho pedagógico em EJA como direito é o título do Capítulo 6, escrito por Adriana Barbosa Silva, Camila Azevedo Souza e Telma Alves. Nele, as autoras expõem elementos essenciais para a reflexão mais ampla acerca do currículo e de seus condicionantes sócio-históricos. A seguir, tratam das políticas de currículo em EJA no Brasil e das condições objetivas que marcam o trabalho pedagógico dos profissionais da educação cursistas.

Chegamos, assim, às *Notas finais sobre fundamentos teórico-metodológicos do curso a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores como Direito*, que sistematiza pontos fundamentais de uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, tomando como referência importante as contribuições dos/das cursistas ao longo do curso.

Após o término do curso, o EJATrab assumiu a tarefa de produzir este livro, de acesso livre a todo o público interessado no tema. Nossa grande motivação residiu e reside, permanentemente, no compromisso fundamental que assumimos ao organizar e oferecer o curso de extensão com a formação docente. Consideramos ser esse pilar essencial, embora não único nem isolado, para que a EJA cumpra, efetivamente, sua função de atender, de forma plena, ao direito constitucional dos jovens e adultos da classe trabalhadora de acesso à complementação da educação básica, claramente desconsiderado até o momento presente no país.

Esperamos que este trabalho venha a ser fonte inspiradora para redes públicas de ensino que desejem cumprir o preceito constitucional

a partir de políticas públicas ancoradas na valorização da escola pública como locus privilegiado de acesso às bases do conhecimento e da arte socialmente produzidos. Assim, não é demais retomar a ênfase dada, no decorrer do curso, à importância da luta coletiva e ampla pela preservação da integridade da escola pública, que exige ser valorizada.

Encerramos essa apresentação com dois agradecimentos. O primeiro, de ordem material, é dirigido aos órgãos públicos de fomento à pesquisa: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cujos recursos viabilizaram tanto a realização do curso quanto a publicação do livro e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj, cujos recursos concorreram também, para viabilizar esta publicação.

Finalmente, o segundo e especial agradecimento se dirige aos/às profissionais da educação que, como cursistas, inspiraram e participaram ativamente de todos os encontros e atividades assíncronas propostas. A vocês, que estiveram conosco nesse percurso, dedicamos esta publicação.

Referências

MARX, Karl. **A questão judaica**. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989. 35-76 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Notas Introdutórias à Lógica Dialética**. 1959: São Paulo, Brasiliense.